

## Modos de educação católica em Florianópolis: final do século XIX e meados do século XX

Ways of catholic education in Florianopolis: late XIXth century and middle XXth century

Norberto Dallabrida

Universidade do Estado de Santa Catarina

### Resumo

O presente trabalho se propõe compreender a intervenção da Igreja Católica no campo educacional em Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, entre o final do século XIX e meados do século XX. As Irmãs da Divina Providência criaram o Colégio Coração de Jesus, voltado especialmente para meninas e moças, e os jesuítas fundaram o Ginásio Catarinense, direcionado para meninos e moços. Esses colégios internos educavam as elites. Por outro lado, a Igreja Católica dirigiu também grupos escolares em áreas periféricas de Florianópolis e o Abrigo de Menores, procurando escolarizar as classes desfavorecidas. A Igreja Católica instituiu diferentes modos de educação, que concorriam para a construção do dualismo escolar e a desigualdade de gênero.

Palavras-chave: Colégio, Grupo Escolar, Catolicismo.

### Abstract

This paper aims proposes to help understand the intervention of the Roman Catholic Church on the educational field in Florianópolis, capital of the Santa Catarina State, between the late XIX and middle XX century. The Sisters of the Divine Providence founded the "Colégio Coração de Jesus" (School of the Sacred Heart of Christ), focused particularly towards girls and young ladies, and the Jesuits founded the "Colégio Catarinense" (School of Santa Catarina) with focus on boys and young lads. These internal schools used to educate the elite. On the other hand, the Roman Catholic Church also directed school groups in suburban areas of Florianópolis and the Minors Shelter, seeking to educate the deprived classes. The Roman Catholic Church instituted alternative ways of education that contributed to a scholar dualism and gender inequality.

Keywords: School, Scholar Group, Catholicism.



Desde o final do século XIX, a capital do Estado de Santa Catarina sofreu significativa metamorfose urbana, que lhe deu feição moderna e republicana. O arranco dessa transformação ocorreu após a Revolução Federalista (1893-1894), quando a fração das elites vitoriosa na guerra civil, aglutinada ao Partido Republicano Catarinense, tornou-se hegemônica no governo estadual. A troca de nome da capital catarinense de Nossa Senhora do Desterro, para Florianópolis – ocorrida em 1º de outubro de 1894 – e a reforma do palácio do governo, realizada no ano seguinte, talvez sejam os primeiros sinais daquela mudança, que foi coroada, na década de 1920, com a inauguração da Ponte Hercílio Luz.

Juntamente com o redesenho do espaço urbano, foram implementadas medidas políticas que visavam regular a sociedade, produzindo sujeitos disciplinados, produtivos, hierarquizados. A acumulação e gestão da população urbana brotavam de instituições como a imprensa escrita, a família burguesa, as associações assistenciais, as escolas, as igrejas, as fábricas, que se fortaleciam entre si, se amalgamavam no Estado e emanavam deste para a sociedade. (ARAÚJO, 1989).

A reforma do espaço urbano de Florianópolis e a regulação de sua população, na Primeira República, também foi realizada por novas instituições escolares, que marcaram a cidade. No início da década de 1910, foram inaugurados os grupos escolares Lauro Müller e Silveira de Souza e, no decênio seguinte, a Escola Normal Catarinense ganhou novo e imponente prédio, situado próximo à moderna Avenida Hercílio Luz, ao lado do Instituto Politécnico.

Quando essas escolas públicas foram estabelecidas, a cidade de Florianópolis já contava com importantes colégios confessionais, como a Escola Alemã, vinculada à Igreja Luterana (KLUG, 1994), a Escola Americana, pertencente à rede escolar presbiteriana (TAPIA e CORRÊA, 2003) e o Colégio Coração de Jesus e o Ginásio Catarinense – ambos dirigidos por congregações católicas. Essas instituições escolares, de diferentes modos, estavam sintonizadas com a modernidade que se procurava imprimir na capital catarinense, quebrando-lhe o ritmo provinciano e colonial.

É importante perceber que em Florianópolis, a criação de escolas dirigidas por congregações estava conectada com um deslocamento das práticas sociais católicas. Ao longo do século XIX, na imperial cidade de Nossa

Senhora do Desterro, predominou o chamado catolicismo “lusobrasileiro,” em que as irmandades leigas, com suas respectivas igrejas, congregavam diferentes camadas da sociedade local e eram administradas por mesas diretoras formadas por leigos.

Essas irmandades promoviam as devoções aos santos, procissões e festas populares, que eram momentos muito marcantes da religiosidade popular. O clero secular tinha uma função secundária tanto na organização das irmandades leigas, como na realização das práticas devocionais e festivas e, pelo fato de não ser bem remunerado como funcionário público, geralmente tinha outras profissões e envolvia-se na vida político-partidária. Assim, nesse período, vários padres atuaram na Assembléia Legislativa Provincial e ocuparam a Diretoria da Instrução Pública da Província de Santa Catarina.

Nas primeiras décadas do regime republicano, o catolicismo “lusobrasileiro” foi paulatinamente sobreposto e ressignificado pelo chamado catolicismo romanizado, que procurava produzir fiéis disciplinados, piedosos, submissos à hierarquia clerical e civil, e praticantes dos sacramentos, ministrados exclusivamente pelo clero. (SERPA, 1997; WERNET, 1987; OLIVEIRA, 1985).

104

A romanização do catolicismo foi introduzida em Santa Catarina na segunda metade do século XIX, por imigrantes europeus e pelos pouquíssimos sacerdotes que lhes davam assistência religiosa. Na capital catarinense houve algumas tentativas de estabelecer padres de mentalidade romanizante, como jesuítas e lazaristas, que pregaram missões, dirigiram igrejas e estabeleceram colégios, mas acabaram não se fixando na cidade. Assim, no início do período republicano, Florianópolis encontrava-se praticamente à margem das transformações que estavam ocorrendo na Igreja Católica no Brasil.

O cenário começara a se alterar com a criação da Diocese de Curitiba, em 1892, sob jurisdição dos Estados do Paraná e Santa Catarina, e, especialmente, dois anos depois, com a nomeação do seu primeiro bispo, D. José de Camargo Barros, que introduziu, de forma acelerada e sistemática, discursos e práticas do catolicismo romanizado. Para diagnosticar e controlar mais amiúde as práticas católicas de seu rebanho, o primeiro bispo de Curitiba realizou freqüentes e demoradas visitas pastorais na sua vasta diocese.

Em março de 1895, D. José fez a primeira visita pastoral a Florianópolis, quando constatou o predomínio do catolicismo “lusobrasilei-



ro" tanto entre os leigos, como no clero secular, e o abandono de várias paróquias por falta de padres. (PIAZZA, 1984). Para viabilizar a reforma do catolicismo na capital catarinense, o bispo diocesano nomeou, no ano seguinte, vigário da igreja matriz o padre Francisco Xavier Topp, um jovem sacerdote alemão que imigrara seis anos antes para dar atendimento religioso aos seus conterrâneos no sul de Santa Catarina.

Até a década de 1920, ele foi o principal articulador da romanização do catolicismo em Florianópolis, liderando novas e diversificadas frentes administrativas e pastorais, tais como a reestruturação da gestão paroquial, o processo de criação da Diocese de Florianópolis, a promoção de congregações católicas européias, a reforma das irmandades, a criação de associações pias, a fundação de escolas católicas e de instituições hospitalares e assistenciais. (BESEN, 1990).

Para alavancar a romanização do catolicismo, o novo vigário atraiu para Florianópolis, padres seculares e congregações católicas femininas e masculinas de ascendência germânica, sintonizadas com os novos ares eclesiais, como as Irmãs da Divina Providência, a Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus, a Companhia de Jesus, a Ordem de São Francisco. Os sacerdotes estrangeiros passaram a ocupar as principais funções na paróquia da capital e o clero secular, geralmente de ascendência luso-brasileira, foi paulatinamente retirado de cena e enviado para outras paróquias. Com a importação de mão-de-obra especializada, formou um novo grupo eclesial, que animaria uma rede de instituições católicas afinadas com a pastoral romanizada do bispo diocesano e do vigário da matriz, que crescia e se aperfeiçoava, procurando "reuropeizar" e regular os discursos e as práticas católicas.

## Os colégios das elites

As congregações religiosas européias transplantadas pelo padre Topp atuaram, particularmente, na fundação de escolas, com o intuito de afirmar a intervenção social da Igreja Católica e fazer frente à laicização do sistema escolar público. Foi o caso da Congregação das Irmãs da Divina Providência, fundada em meados do século XIX, em Münster (Alemanha), que

iniciou trabalho pastoral em Santa Catarina em 1895, pela intercessão do vigário da capital catarinense.

As primeiras irmãs missionárias fixaram residência em Tubarão e Blumenau e, dois anos depois, instalaram-se em Florianópolis, onde assumiram a direção do Hospital de Caridade e fundaram o Colégio Coração de Jesus, que abriu as suas portas em 15 de janeiro de 1898. Inicialmente essa escola oferecia o curso primário para meninas, em regime de externato e internato, mas em seguida passou a admitir também meninos. O projeto educativo do Colégio Coração de Jesus visava educar a infância, e passou a ser ainda mais eficaz com a criação do Jardim de Infância, no início do século XX, destinado a crianças de 4 a 7 anos. (BOPPRÉ, 1989).

No início da década de 1910, o sistema escolar catarinense passou por uma reforma significativa, chefiada pelo pedagogo paulista Orestes Guimarães, que começou com a reestruturação da Escola Normal Catarinense – instituição pública e gratuita – e se desdobrou com a implantação dos grupos escolares no Estado de Santa Catarina. (TEIVE, 2003). Além do curso primário graduado, que se diferenciava das escolas unitárias, os grupos escolares também passaram a oferecer o curso complementar – um ciclo escolar de três anos, oferecido após o curso primário, que tinha como principal objetivo formar professores que atuavam onde não havia docentes normalistas. O Colégio Coração de Jesus, que já preparava alunas para fazer os “exames de normalistas,” passou a oferecer o curso complementar, e de acordo a legislação vigente equivalia aos dois primeiros anos da Escola Normal Catarinense, de forma que os chamados complementaristas tinham direito de se matricular no terceiro ano dessa instituição escolar.

No entanto, em 1919, o curso complementar do Colégio Coração de Jesus foi equiparado à Escola Normal Catarinense, tornando-se o segundo curso normal criado em Santa Catarina. A formatura da primeira turma de normalistas, em 1921, foi espetacularizada com a presença do governador Hercílio Pedro da Luz (paraninfo), do Diretor da Instrução Pública Henrique da Silva Fontes (homenageado), e do bispo diocesano D. Joaquim Domingues de Oliveira.

Desde a década de 1920, o Colégio Coração de Jesus passou a formar uma turma de normalistas por ano, que, além dos saberes didático-pedagógicos, deveriam ter sólida formação católica. Segundo Cunha (2003),



o Colégio Coração de Jesus procurava produzir a professora normalista como uma mulher de bem, isto é, que pautasse a sua conduta pela moral católica e atuasse sobremaneira na esfera privada como esposa, dona de casa e mãe, bem como professora primária.

Em 1935, o Colégio Coração de Jesus, no sentido de se consolidar no cenário estadual catarinense deu mais um passo com a criação do curso ginásial. Com a Reforma Francisco Campos (1931), o ensino secundário brasileiro passou a ter dois ciclos: o fundamental ou ginásial e o complementar. O curso ginásial do colégio das Irmãs da Divina Providência foi o primeiro e único por vários anos a ter como população-alvo as adolescentes do sexo feminino. Na década de 1930, além do Colégio Coração de Jesus, havia outros sete colégios de ensino secundário em Santa Catarina, sendo que quatro eram masculinos e três praticavam a co-educação.

Em 1947, o Colégio Coração de Jesus implantaria o curso científico que, segundo a Lei Orgânica do Ensino Secundário (Reforma Capanema), era o nome do segundo ciclo do ensino secundário.<sup>b</sup> A idealizadora desse curso, Irmã Maria Teresa, considerava o curso normal importante, mas insuficiente, pois afirmava que “[...] era mister oferecer outras oportunidades à classe feminina.” (BOPPRÉ, 1989, p. 381). Em meados da década de 1950, ela concretizou outra oportunidade para as moças no Colégio Coração de Jesus: o curso clássico.

Na primeira metade do século XX, o Colégio Coração de Jesus consolidou-se como um educandário feminino de referência em Florianópolis e no Estado de Santa Catarina. Ele se voltou especialmente para as filhas das elites e partes das classes médias catarinenses, que procuravam letramento e disciplinamento distintivos. As moças de famílias do interior do Estado de Santa Catarina eram matriculadas no internato do colégio, que se notabilizou pela rigidez e polimento germânicos e pelo estímulo ao aprendizado de afazeres artísticos, particularmente a música clássica.

Padre Topp também envidou esforços para atrair a Florianópolis a Companhia de Jesus, que estava presente em algumas cidades do Rio Grande do Sul. No final do período imperial, jesuítas alemães fundaram o Colégio Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo, onde tinham trabalho apostólico entre os descendentes de imigrantes germânicos. No seu famoso internato, passaram a estudar filhos das famílias abastadas de Santa

Catarina, especialmente aquelas do Planalto Serrano, como os Ramos e os Costa.

No período republicano, o número de alunos internos catarinenses no colégio dos padres jesuítas de São Leopoldo cresceu, apesar da existência do Ginásio Catarinense localizado em Florianópolis. Esse estabelecimento de ensino secundário, público e gratuito, havia sido criado em 1892, a partir da Reforma Benjamin Constant, que previa a existência de no mínimo um ginásio estadual para cada unidade da federação brasileira. Todavia, a elite política estadual não enviava os seus filhos para o Ginásio Catarinense, que não conseguia a equiparação ao Ginásio Nacional – antigo Imperial Colégio de Pedro II e considerado colégio-padrão em nível nacional.

Em meados de 1905, o governo Vidal Ramos suprimiu o Ginásio Catarinense e viabilizou a instituição do Ginásio Santa Catarina, dirigido por padres jesuítas alemães, responsáveis pelos colégios de ensino secundário no Rio Grande do Sul. O estabelecimento do ginásio da Companhia de Jesus na capital catarinense provocou intenso debate público na imprensa escrita, particularmente nos jornais “Correio do Povo” e “Reforma,” que envolvia o seu caráter privado, a laicidade do ensino público, a subvenção pelo erário público estadual e a nacionalidade alemã dos seus futuros dirigentes e professores.

Um artigo publicado no jornal “Correio do Povo” e assinado por “Plebeu,” afirmava que o poder público não deveria subvencionar um estabelecimento de ensino para as elites e, como integrante das classes desfavorecidas, ele perguntou: “Onde irão buscar instrução secundária, sem meios de pagar mensalidade para frequentar o futuro Ginásio [Santa Catarina, dos padres jesuítas], a totalidade dos rapazes pobres?” (DALLABRIDA, 2001, p. 47).

Apesar dos protestos, o Ginásio Santa Catarina, localizado na área burguesa de Florianópolis, começou a funcionar regularmente em 15 de março de 1906, tornando-se, até o final da década de 1920, o único estabelecimento de ensino secundário em Santa Catarina. Resultado da articulação entre a elite política catarinense e membros do alto clero regional, o Ginásio Santa Catarina respondeu ao desejo de distinção social das elites burguesas estaduais, que procuravam diferenciar-se da aristocracia “tradicional” por meio da cultura escolar marcada pelo letramento e disciplinamento



de corte europeu. Os padres jesuítas alemães transplantavam para o Brasil a experiência dos ginásios seriados, que na sua nação de origem vigoravam no século XIX, considerada um dos modelos mais eficazes no continente europeu.c

Devido ao sistema de equiparação e fiscalização, o colégio dos padres jesuítas de Florianópolis – que, em 1918, passaria a se chamar Ginásio Catarinense – adotava as “disciplinas-saber” do currículo do Ginásio Nacional, considerado padrão nacional. Esse conjunto de saberes que envolvia seis línguas e conhecimentos matemáticos, científicos, geográficos, históricos e filosóficos, era dirigido para as classes abastadas que freqüentavam os poucos ginásios localizados nas capitais e principais cidades brasileiras.

No entanto, o Ginásio Catarinense concedia aos seus estudantes saberes que não constavam no currículo oficial do Ginásio Nacional, como Religião, Música Clássica e Ginástica. Esse acréscimo de saberes visava aperfeiçoar a formação elitista dos alunos, pois o Ensino Religioso ia muito além dos rudimentos catequéticos, já que procurava dar aos ginásianos refinamento teológico – geralmente comum aos intelectualizados padres jesuítas. Música Clássica e Ginástica, nas primeiras décadas do século XX, eram práticas mais afeitas às elites e partes das classes médias brasileiras.

Para transmitir e avaliar esses saberes escolares, o Ginásio Catarinense colocava em marcha um conjunto de mecanismos de disciplina-mento corporal como a divisão do tempo, o controle do espaço, a emulação, classificação e premiação dos alunos, a vigilância panóptica, o uso do uniforme. Tratava-se de procedimentos didáticos modernos, em boa medida calcados na “Ratio Studiorum”, que visavam imprimir um ritmo de trabalho escolar burguês no corpo discente, o qual era ainda mais intenso no regime de internato. Essa ênfase na produção foi detectada por cronista do Ginásio Catarinense, ao sintetizar “Na vida íntima do Ginásio, a nota fundamental, dominante, sempre sustentada, soa labor. Reforçam-na harmonicamente as que dizem estimulação e vigilância, e até as bem compassadas pausas do recreio.” (DALLABRIDA, 2001, p. 160).

Esse modo de educação<sup>d</sup> era dirigido especialmente para os filhos do sexo masculino das elites catarinenses – pecuaristas, grandes comerciantes, empresários, funcionários públicos de alto escalão, profissionais liberais



, que geralmente ingressavam nos cursos superiores e faziam carreiras profissionais exitosas em empresas privadas e/ou públicas.

O colégio das Irmãs da Divina Providência e o ginásio dos padres jesuítas, se estabeleceram na capital catarinense como parte integrante da romanização da Igreja Católica, liderada pelo padre Topp, que se aproximou discreta e sistematicamente das elites estaduais. A escolarização secundária foi o principal projeto católico na área educacional desde a implantação do regime republicano laico, em boa medida devido à atuação das congregações religiosas, que tinham mão-de-obra especializada, dedicação exclusiva e fervor missionário. A concessão do ensino secundário à Igreja Católica verificou-se em todos os Estados da federação brasileira, segundo a análise de Miceli.

A criação de escolas secundárias, femininas e masculinas, se tornou [na Primeira República] um dos principais itens dos programas de governo dos dirigentes oligárquicos, inclusive nos Estados mais atrasados. Não podendo arcar diretamente com os encargos financeiros e institucionais requeridos pela formação de quadros docentes e administrativos, e sem contar com o respaldo de políticas públicas adequadas na área educacional, os governos estaduais e alguns setores de peso dos grupos dirigentes locais preferiram dar mão forte aos empreendimentos confessionais. (MICELI, 1988, p. 23).

Na capital catarinense, os colégios católicos converteram-se em instituições formais das elites, que tinham uma nítida divisão de gênero, pois as meninas/moças formavam-se no curso normal e/ou secundário do Colégio Coração de Jesus, enquanto os meninos/rapazes cursavam o ensino secundário no Ginásio Catarinense. Esses colégios internos, dirigidos por congregações católicas de ascendência alemã, consolidaram-se nas primeiras décadas do século XX e se converteram em educandários de referência não somente em Florianópolis, mas no Estado de Santa Catarina.

## **Escolas para as classes populares**

O clero e as congregações católicas de mentalidade romanizada também investiram as suas energias pastorais no sentido de criar escolas para



os filhos das classes desfavorecidas. Com a laicização do sistema escolar público, o episcopado brasileiro estimulou a criação de cursos primários nas paróquias, que ficaram sendo conhecidos como “escolas paroquiais.” No território catarinense, essas unidades escolares brotaram nas comunidades católicas de imigrantes europeus e passaram a ter organicidade com a criação da Diocese de Curitiba.

Em Florianópolis, em 1901, o padre Topp fundou a Escola Paroquial Santo Antônio, destinada aos meninos pobres da cidade, que inicialmente foi instalada na residência paroquial, mas depois foi transferida para a Igreja São Francisco, sendo dirigida por padres alemães da Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus e, posteriormente, por freis franciscanos. (COLLEGIO PAROQUIAL..., 1904, p. 2). Na sede da União dos Trabalhadores, os padres da Companhia de Jesus, que dirigiam o Ginásio Catarinense, fundaram a Escola D. João Becker, destinada aos trabalhadores, com aulas diurnas e noturnas. (DALLABRIDA, 2003).

No início de 1915, nos primeiros meses do episcopado de D. Joaquim Domingues de Oliveira, essas duas iniciativas escolares católicas foram juntadas, resultando na criação da Escola Diocesana São José. O artífice dessa nova escola paroquial foi o padre jesuíta Luiz Schüller, designado pelo bispo diocesano, o primeiro diretor. O prédio da Escola Diocesana São José, inaugurado em 15 de junho daquele ano, foi construído pela Cúria Diocesana e contou com a ajuda de diversos benfeitores e uma pequena subvenção do governo estadual.

Essa escola localizava-se no bairro da Figueira, habitado por operários e trabalhadores manuais, mas recebia crianças pobres de várias partes da cidade de Florianópolis e de São José. (ESCOLA PAROQUIAL..., 1915, p. 83).

Em 30 de setembro de 1922, a Escola Diocesana São José foi equiparada, pela Diretoria da Instrução Pública de Santa Catarina, aos grupos escolares, passando a se chamar “Grupo Escolar Arquidiocesano São José.” Ele foi o resultado da articulação política entre o bispo diocesano e o governo estadual, pois continuava sendo uma escola católica, embora seus professores fossem pagos pelos cofres públicos.

O Grupo Escolar Arquidiocesano São José oferecia o curso primário, composto por quatro anos, e o curso complementar, com três anos de duração. Na condição de grupo escolar, os saberes que ele ensinava eram

definidos pela Diretoria da Instrução Pública de Santa Catarina e controlados pelos inspetores escolares. No curso primário, além de Língua Portuguesa, Aritmética, História e Geografia do Brasil e Cantos Pátrios, ensinava-se também Ensino Religioso, geralmente ministrado pelos padres franciscanos, os quais em 1921, inauguraram ao lado da escola a Igreja Santo Antônio, com o intuito de dar melhor atendimento religioso aos alunos.

Com o falecimento do padre Luiz Schüller, em meados da década de 1920, o Grupo Escolar Arquidiocesano São José passou a ser dirigido por frei Evaristo Schürmann, que pertencia à Ordem Franciscana e era professor de Latim e Alemão da Escola Normal Catarinense. No curso complementar, os conhecimentos ministrados eram mais desenvolvidos, inclusive com o aprendizado de outras línguas, como o alemão – disciplina que tinha o objetivo de preparar os professores para atuar nas regiões de colonização germânica, mais resistentes ao processo de nacionalização da sociedade brasileira.

O Grupo Escolar Arquidiocesano São José colocava em marcha mecanismos disciplinares modernos, como o tempo fabril, provas mensais e exames de final de ano, inscrição dos melhores alunos no “Livro de Honra” e dos alunos indisciplinados no “Livro Negro,” a divisão espacial dos alunos e alunas previsto nas disposições legais no Estado de Santa Catarina. Ele acolhia sobremaneira os filhos das classes populares de Florianópolis, que não eram incluídas nos outros grupos escolares, localizados no centro da cidade e freqüentados por filhos da classe média. Dallabrida (2003), que analisou a origem social dos alunos do Grupo Escolar Arquidiocesano São José, tendo como fonte documental os livros de matrícula daquela escola, afirma:

Tomando como referência o ano de 1938, quando os dados aproximavam-se do total de alunos matriculados, percebe-se que a metade dos alunos eram filhos de operários, artesãos/trabalhadores manuais, domésticas e funcionários públicos – certamente de baixo escalão. A presença significativa de domésticas deve-se ao fato de várias famílias das classes populares serem chefiadas pela mãe, pois o campo a ser preenchido no Livro de Matrícula era ‘profissão do pai.’ (DALLABRIDA, 2003, p. 304).



Em 1929, o bispo diocesano criou a Escola Padre Anchieta e designou como seu primeiro diretor o padre Frederico Maute, professor do Ginásio Catarinense. Tratava-se de uma escola primária, localizada na periferia da cidade de Florianópolis, que foi anexada ao Grupo Escolar Arquidiocesano São José. No entanto, cinco anos depois, apesar de não ser uma “típica escola urbana,” ela também ganhou o “status” de escola graduada e passou a se chamar Grupo Escolar Arquidiocesano Padre Anchieta. (MACHADO, 2004).

Desta forma, em meados da década de 1930, dos quatro grupos escolares existentes na capital catarinense, dois eram públicos – o Lauro Müller e o Silveira de Souza – e dois eram dirigidos pela Igreja Católica – os arquidiocesanos São José e Padre Anchieta – e recebiam subvenção pública estadual. Nesse momento histórico, o Ensino Religioso havia sido reintroduzido no sistema escolar público catarinense – em que a Igreja Católica tinha predominância quase absoluta – e o episcopado catarinense desestimulou o projeto das escolas paroquiais, que fora criado para se contrapor às escolas públicas laicizadas pelo regime republicano.

Em 11 de março de 1940 foi inaugurado, pelo presidente Getúlio Vargas, o Abrigo de Menores de Florianópolis – localizado próximo ao Grupo Escolar Arquidiocesano Padre Anchieta. A pedra fundamental dessa instituição havia sido lançada quatro anos antes, pelo então governador Nereu Ramos, como parte integrante da expansão das instituições assistenciais em Santa Catarina, como o Leprosário Santa Teresa e o Hospital Psiquiátrico Colônia Sant’Ana. O Abrigo de Menores foi criado com o objetivo de abrigar meninos e adolescentes do sexo masculino de 8 a 18 anos julgados abandonados pelo Juízo de Menores. Ele não abriu espaço para as meninas abandonadas, que continuaram sendo enviadas ao Asilo de Órfãos São Vicente de Paulo, para onde ia menores de todas os municípios catarinenses, embora a maioria fosse de Florianópolis. (ACKERMANN, 2002).

Como interventor federal em Santa Catarina, Nereu Ramos empenhou-se para entregar a administração do Abrigo de Menores à Congregação dos Irmãos Maristas. Numa carta enviada ao superior dessa associação católica, ele afirmou:

Como lhe fiz sentir, prefiro entregar a administração a uma congregação religiosa, porque confio mais na eficácia dos seus



ensinamentos que na de simples educadores-leigos. [...] Trabalho de alto alcance social, ficará bem nas mãos dos Maristas. (RAMOS apud ACKERMANN, 2002, p. 17).

A Congregação dos Irmãos Maristas foi fundada na França, no início do século XIX, e os seus primeiros membros chegaram ao Brasil no final dessa centúria. Contudo, esses religiosos somente se estabeleceriam em Santa Catarina em 1938 – vindos do Rio Grande do Sul –, quando instituíram o Ginásio Aurora, localizado em Caçador, no Meio Oeste Catarinense. Os Irmãos Maristas assumiram o Abrigo de Menores de Florianópolis logo após a sua inauguração e, desta forma, deram um passo importante para a expansão de sua obra educativa em Santa Catarina. (AZZI, 1996).

O Abrigo de Menores configurou-se como uma instituição disciplinar que procurava formar sujeitos dóceis, trabalhadores e piedosos, por meio de mecanismos de normalização. Os meninos e adolescentes que ingressavam nesse internato eram submetidos a uma cultura educativa homogeneizante. Ackermann (2002) assinala que apesar de constatar resistências dos menores no seu cotidiano, constata rituais de regulação institucional, como o banho higiênico e a raspagem da cabeça dos recém-chegados, o cadastramento, a numeração e a classificação dos alunos por turmas e a imposição do uniforme. Os Irmãos Maristas estiveram à frente da direção do Abrigo de Menores por mais de três décadas e marcaram várias gerações de menores abandonados.

Tanto os colégios internos dirigidos por congregações católicas como os grupos escolares vinculados à Cúria Diocesana, bem como o Abrigo de Menores, sob a batuta dos Irmãos Maristas, eram instituições disciplinares que concorreram para a fabricação de sujeitos produtivos, trabalhadores, patriotas e católicos. Elas fizeram parte da reforma urbana e da reformulação das condutas implementada na capital catarinense, desde a primeira década do regime republicano.

Os imponentes prédios escolares dos colégios católicos e dos grupos escolares, localizados na área central e na região burguesa da cidade, foram visíveis sinais arquiteturais do artefato urbano de Florianópolis – do qual faziam parte também a Escola Normal Catarinense e o Instituto Politécnico. Os dispositivos disciplinares colocados em marcha no cotidiano escolar, em especial, incitavam ao trabalho regular próprio da sociedade burguesa.



Enfim, as escolas e colégios ajudaram, de forma significativa, a reinventar a cidade.

É importante sublinhar que, em meados do século XX, na capital catarinense, a Igreja Católica dirigia os dois únicos colégios de ensino secundário, dois dos quatro grupos escolares e o único Abrigo de Menores de Santa Catarina. No entanto, essas instituições católicas tinham diferenças marcantes em relação às suas propostas educativas e populações discentes. Grosso modo, o Ginásio Catarinense e o Colégio Coração de Jesus proporcionavam escolarização primária e especialmente secundária para boa parte das classes abastadas de Florianópolis e de Santa Catarina.

Os seus famosos internatos, com altas mensalidades recebiam os filhos das classes mais abastadas do interior catarinense, que buscavam nos colégios de padres e de freiras letramento e refinamento estético para seus filhos. Por outro lado, os grupos escolares arquidiocesanos São José e Padre Anchieta, localizados nos bairros periféricos, eram dirigidos para as classes populares e partes das classes médias. O Abrigo de Menores era um internato para os meninos e adolescentes pobres e abandonados.

Ademais, além do dualismo escolar baseado em classes sociais, pode-se verificar flagrantes divisões de gêneros entre as instituições escolares da rede católica. Nos colégios de elite, essa separação foi socialmente construída e naturalizada: o Ginásio Catarinense era o reduto dos moços “bem-nascidos,” enquanto o Colégio Coração de Jesus – particularmente nos cursos normal e secundário – tornou-se o gineceu escolar das moças da alta sociedade.

Os grupos escolares católicos, seguindo as determinações legais vigentes, admitiam meninos e meninas, mas tinham alas e salas específicas para cada gênero, de forma que não praticavam efetivamente a co-educação. O Abrigo de Menores, conforme dito, admitia somente meninos e adolescentes do sexo masculino.

## Notas

- <sup>1</sup> A criação da Diocese de Curitiba fazia parte da expansão institucional da Igreja Católica após a laicização do Estado brasileiro, ocorrida em 1890, no início do regime republicano. Houve crescimento significativo do número de dioceses e de paróquias em todo o território nacional. A Diocese de Florianópolis, que abrangia o Estado de Santa Catarina, foi criada em 1908. (MICELI, 1988).
- <sup>2</sup> A Lei Orgânica do Ensino Secundário foi promulgada mediante o decreto-lei nº 4244. “O artigo 22 [desse Decreto-lei] reestruturava o ensino da seguinte forma: um primeiro ciclo, que se chamava ginásial, e um segundo ciclo, subdividido em clássico e científico.” (ROMANELLI, 1996, p. 157).
- <sup>3</sup> Em Portugal, a “reforma de 1894-1895,” que introduziu o “regime de classes” no ensino secundário foi idealizada por Jaime Moniz, que teve como referência os reais-ginásios alemães (Ó, 2003).
- <sup>4</sup> O conceito de “modos de educação” é apropriado de Varela (1983), que procurou compreender, sociologicamente, as diferentes maneiras de educação – cortesã, burguesa e das classes populares na Espanha moderna ou pós-medieval.

## Referências

ACKERMANN, Sílvia Regina. **Um espaço e muitas vidas**: abrigo de menores do Estado de Santa Catarina em Florianópolis na década de 1940. 2002. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A invenção do litoral**: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. 1989. 216 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.

AZZI, Riolando. **História da educação católica no Brasil**: contribuição dos Irmãos Maristas. São Paulo: SIMAR, 1996.

BESEN, José Artulino. Monsenhor Francisco Topp: o institucionalizador da igreja catarinense. **Encontros teológicos**, Florianópolis, n. 2, p.27-32, 1990.

BOPPRÉ, Maria Regina. **O Colégio Coração de Jesus na educação catarinense** (1898-1988). Florianópolis: Lunardelli/Colégio Coração de Jesus, 1989.

COLLEGIO PAROQUIAL FLORIANÓPOLES. **A Verdade**, Florianópolis, n. 69, p. 4, mar. 1904.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Rezas, ginástica e letras: normalistas do Colégio Coração de Jesus – Florianópolis décadas de 1920 e 1930. In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). **Mosaico de escolas**: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.



DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites**: o Ginásio Catarinense na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

\_\_\_\_\_. Colméia de virtudes: o grupo escolar arquidiocesano São José e a (re)produção das classes populares. In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). **Mosaico de escolas**: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

ESCOLA PAROQUIAL. **Resenha Ecclesiastica**, Florianópolis, n. 4, p. 83, ago. 1915 (Órgão oficial da Diocese de Florianópolis).

KLUG, João. **Imigração e Luteranismo em Santa Catarina**: a comunidade alemã de Desterro. Florianópolis: Papa-Livro, 1994.

MACHADO, Gisele Terezinha. **Grupo escolar arquidiocesano Padre Anchieta**: tecnologias disciplinares e seus usos (1934-1945). 2004. 77 f. Monografia (Graduação em História) – Centro de Ciências da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

MICELI, Sérgio. **Elite eclesiástica brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

Ó, Jorge Ramos do. **O governo de si mesmo**: modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX-meados do século XX). Lisboa: Educa, 2003.

OLIVEIRA, Pedro Ribeiro A. **Religião e dominação de classe**: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985.

PIAZZA, Walter Fernando. Os “diários de Dom José de Camargo Barros” e as suas visitas pastorais ao território catarinense. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**, Florianópolis, n. 5, p. 61-74, 1984.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**: (1930/1973). 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

SERPA, Élio Cantalício. **Igreja e poder em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

TAPIA, José Eliachim Barros; CORRÊA, Ariovaldo. Escola Americana de Florianópolis (1903-1911). In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). **Mosaico de escolas**: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

TEIVE, Gladys Mary Guizoni. A Escola Normal Catarinense. In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). **Mosaico de escolas**: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

VARELA, Julia. **Modos de educación en la España de la contrarreforma**. Madrid: La Piqueta, 1983.





WERNET, Augustin. **A igreja paulista no século XIX**: a reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861). São Paulo: Ática, 1987.

Norberto Dallabrida  
Prof. e Pesquisador do Centro de  
Ciências da Educação da UFSC  
Rua José Lins do Rego | 207  
Florianópolis | Santa Catarina | 88085-300  
E-mail | norberto@udesc.br

Recebido 9 jun. 2005

Aceito 30 jun. 2005